



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Matheus Périco Lima

A Relação entre o Crescimento Populacional e o Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal

Brasília – DF

2018

Matheus Périco Lima

**A Relação entre o Crescimento Populacional e o
Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal**

Monografia apresentada ao
Departamento de Administração como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Mestre, Roque
Magno de Oliveira

Brasília – DF

2018

Lima, Matheus Périco.

A Relação entre o Crescimento Populacional e o Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal / Matheus Périco
Lima – Brasília, 2017.

59 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília,
Departamento de Administração, 2018.

Orientador: Prof. Msc. Roque Magno de Oliveira, Departamento
de Administração.

1. Crescimento Populacional. 2. Desenvolvimento Sustentável.
3. *Triple Bottom Line*. I. Título.

A Relação entre o Crescimento Populacional e o Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
aluno

Matheus Périco Lima

Roque Magno de Oliveira

Professor-Orientador

Msc, Olinda Maria Gomes Lesses,

Professor-Examinador

Msc, Marcos Alberto Dantas,

Professor-Examinador

Msc, Danielle Sandi Pinheiro

Professor-Examinador

Brasília, 26 de junho de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico o presente trabalho a todos que contribuíram e me incentivaram ao longo de minha trajetória na Universidade de Brasília, em especial, aos meus pais, amigos e ao meu Professor Orientador, Roque Magno. Foi uma etapa de crescimento e amadurecimento, pessoal e profissional, única na minha vida.

RESUMO

O Distrito Federal vem crescendo de maneira notável com o passar dos anos desde a sua fundação, no ano 1960, pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek. A previsão naquela época era de que, até o ano 2000, Brasília teria aproximada de 500 mil habitantes, o que não se confirmou, pois, de acordo com o censo do IBGE realizado no ano de 2000, a população da Capital Federal era de 1.061.094 habitantes. Atualmente, a população do DF já ultrapassou o quantitativo de três milhões de habitantes, o que comprova o intenso processo de crescimento populacional na região. Deste modo, o presente trabalho analisou a relação entre este fenômeno e o desenvolvimento sustentável da região a partir do ano 2000 até 2015, com base em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), evidenciando também os fatores motivacionais que atraem os imigrantes para o DF, as principais origens destes e destinos dos emigrantes, bem como a representatividade da população natural e imigrante na composição da dos residentes da Capital ao longo do período de análise proposto. O estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando uma abordagem mista, por conter análises quantitativas e qualitativas e, quanto a sua natureza e objetivo, se caracteriza por ser básica e exploratória, respectivamente. Concluiu-se, portanto, que o Distrito Federal se desenvolveu de maneira parcialmente sustentável, com base nos indicadores selecionados, uma vez que apresentou progressos nos aspectos sociais e econômicos, porém, em contrapartida, índices negativos no aspecto ambiental. Já em relação à composição de sua população, apenas no período analisado no censo de 2010 que a população natural representou a maioria dos habitantes do DF, pois nos demais períodos, os imigrantes (brasileiros ou estrangeiros) representaram a maioria na composição da região. Os principais motivos que atraem os imigrantes para a Capital são os relacionados, direta ou indiretamente, ao trabalho e melhores condições de vida. Por fim, a grande maioria desses apresenta como origem o Nordeste ou Sudeste e, em relação ao movimento de saída, o principal destino da população emigrante do DF é o próprio Centro Oeste e a região Sudeste do Brasil.

Palavras chave: Crescimento Populacional. Desenvolvimento Sustentável. *Triple Bottom Line*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Total, Naturais, Imigrantes Brasileiros e Estrangeiros Naturalizados ou não – Distrito Federal – 1991	38
Tabela 2 - População Total, Naturais, Imigrantes Brasileiros e Estrangeiros Naturalizados ou não – Distrito Federal – 2000	38
Tabela 3 – Imigrantes residentes, Emigrantes naturais do DF segundo a UF de destino e Saldo Migratório – 2000 (em mil)	40
Tabela 4 - População Total, Naturais, Imigrantes Brasileiros e Estrangeiros Naturalizados ou não – Distrito Federal – 2010	41
Tabela 5 - Imigrantes residentes, Emigrantes naturais do DF segundo a UF de destino e Saldo Migratório – 2010 (em mil).....	43
Tabela 6 - População de imigrante segundo a naturalidade - Distrito Federal – 2015	44
Tabela 7 – Consolidação dos indicadores e dados de acordo com base no modelo <i>Triple Bottom Line</i>	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

DF – Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

JK – Juscelino Kubitschek

LODF – Lei Orgânica do Distrito Federal

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

P.P – Ponto Percentual

RA – Região Administrativa

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

SEDUMA - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

SLU – Serviço de Limpeza Urbana

STF – Supremo Tribunal Federal

UF – Unidade da Federação

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

TBL – *Triple Bottom Line*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Contextualização.....	10
1.1.1 Aspectos Históricos	11
1.1.2 Realidade do Distrito Federal	13
1.2 Formulação do Problema.....	14
1.3 Objetivo Geral	15
1.4 Objetivos Específicos.....	15
1.5 Justificativa	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Desenvolvimento Sustentável.....	17
2.1.1 Indicadores de desenvolvimento sustentável	20
2.1.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	20
2.1.1.2 Coeficiente de Gini	22
2.2. Planejamento Estratégico	23
2.3. Pensamento Sistêmico e Ambiente Organizacional.....	25
2.4 Administração Pública.....	27
2.5 Migração	28
2.6 Triple Botton Line	29
3. METODOLOGIA.....	32
3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa.....	32
3.2 Coleta e análise de dados.....	34
3.3 Procedimento de análise dos Objetivos Específicos.....	35
3.4 Procedimento de análise do Objetivo Geral.....	36
4. RESULTADOS	37
4.1 Fluxo Migratório	37
4.1.1 Fluxo Migratório para o Distrito Federal (2000)	37
4.1.2 Fluxo Migratório para o Distrito Federal (2010)	41
4.1.3 Fluxo Migratório de 2010 até 2015	44
4.2 Crescimento populacional x Indicadores de Desenvolvimento	45
4.2.1 Indicadores e Análises.....	46
4.2.1.1 Análise Social	47

4.2.1.2 Análise Econômica	48
4.2.1.3 Análise Ambiental	49
5. Considerações Finais	51
Referências	54
Apêndice	59

1. INTRODUÇÃO

O intenso processo de globalização que vivemos ao longo das últimas décadas permite um maior acesso à informação para toda a sociedade. As barreiras estão desaparecendo e com isso o mundo vem se tornando cada vez mais integrado, gerando consequências positivas e negativas as quais devem ser bem administradas de modo a contribuir para a sustentabilidade da sociedade.

Trazendo a análise para um aspecto mais específico, o presente trabalho busca analisar as relações que esse processo de globalização e o constante crescimento populacional têm sobre o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. Ao longo dos anos, a Capital Federal vem passando por diversas transformações buscando comportar as demandas da sociedade que atualmente é composta por aproximadamente 3 milhões de habitantes, pois, como será apresentado, Brasília não foi projetada inicialmente para tamanha população.

Brasília é uma cidade relativamente nova, mas com uma representatividade ímpar no cenário nacional, por ser a capital do Brasil, mas também relevante no cenário internacional, uma vez que, no ano de 1987, suas modernas construções desenhadas por Oscar Niemeyer foram reconhecidas como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e, no ano de 1990, a cidade foi tombada como Patrimônio Histórico Federal e pelo Governo do Distrito Federal, no ano de 1991. (Capital dos Brasileiros: Patrimônio da Humanidade, 2017)

1.1 Contextualização

A contextualização visa trazer ao leitor uma maior familiaridade com o tema que será tratado neste estudo. Essa etapa será apresentada em duas partes, uma vez que, para melhor compreensão da realidade do Distrito Federal, se faz necessário um breve retrospecto a respeito do processo de formação da nova capital do Brasil.

1.1.1 Aspectos Históricos

Brasília, Capital Federal do Brasil, foi concluída e inaugurada no ano de 1960, como a materialização da Meta-Síntese, do então presidente da república, Juscelino Kubitschek. No seu primeiro discurso, em Jataí (GO), no ano de 1955, o então candidato afirmou que, se eleito, faria cumprir de maneira rigorosa a Carta Magna Brasileira, a qual já previa, em suas Disposições Transitórias, a transferência da Capital Federal para o Planalto Central. E assim o fez. Em um ousado e ambicioso projeto, Juscelino realizava a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília em tempo recorde, tendo como desafio, dentre outros, forçar o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional para o Planalto Central, promovendo assim a interiorização. (KUBITSCHEK, 2000, p.6).

Kubitschek (2000, p.5) define esta tarefa da seguinte maneira:

Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da Capital, no exíguo período do meu Governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira – moderna, urbanisticamente revolucionária - que é Brasília.

Deste modo, Brasília tornou-se a terceira capital do Brasil, tendo em vista que este “título” pertenceu anteriormente a Salvador (BA) (1549-1763) e, como já exposto, ao Rio de Janeiro (RJ) (1763-1960). A nova capital representava o processo de transformação ao qual o Brasil passava sobre a gestão de JK, uma vez que o seu lema era alcançar o desenvolvimento de “cinquenta anos em cinco”, tempo correspondente ao seu mandato (NETO e TASINAFO, 2006, P. 821)

A arquitetura da cidade, que foi planejada pelo urbanista Lucio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, é reconhecida internacionalmente e protegida como patrimônio cultural da humanidade, título este concedido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) no ano de 1987 (NETO e TASINAFO, 2006, P. 821).

A população estimada para Brasília era de aproximadamente 500 mil habitantes até os anos 2000, mas, desde o início, a capital já apresentava indícios de que superaria facilmente esta marca devido ao grande fluxo migratório, fato que ocorreu mais cedo do que os próprios governantes esperavam, pois já no final da década de 1960 esta marca foi ultrapassada (BURSZTYN e ARAÚJO, 1997, p. 26-31).

A grande demanda por trabalhadores para a construção de Brasília era um dos motivos que justificavam o intenso fluxo migratório para a região, uma vez que o plano de JK, como citado anteriormente, era construir a Capital do Brasil em menos de cinco anos. A cidade foi apelidada de a “Capital da Esperança”, tendo em vista que a maioria dos trabalhadores vinha em busca de melhores condições de vida. Segundo Bursztyn e Araújo (1997), “dados históricos indicam, inclusive, que o salário médio pago ao candango era o mais alto de todo país”.

Segundo a CODEPLAN (2009), por meio da série “Demografia em Foco nº 2”:

A população do Distrito Federal, nos anos iniciais da construção de Brasília, registrou elevadas taxas anuais de crescimento em razão do intenso fluxo migratório vivenciado à época. A cada década que se sucedeu, no entanto, embora ainda continuassem elevadas, as taxas começaram a declinar em função das mudanças características de cada período. Por algumas dezenas de anos, Brasília ainda se constituía em centro de atração para os migrantes motivados por outros atrativos que não a construção civil, como também pela transferência dos órgãos públicos, vindos do Rio de Janeiro.

Os problemas começam a surgir quando boa parte dos imigrantes que vieram trabalhar na construção de Brasília passaram a se instalar em regiões que não tinham sido previstas no plano original da cidade, como por exemplo, a chamada Vila Paranoá (BURSZTYN e ARAÚJO, 1997, p. 19).

1.1.2 Realidade do Distrito Federal

Atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), o Distrito Federal conta com uma população de aproximadamente 3 milhões de habitantes, tornando Brasília, por conta do rápido crescimento populacional, a terceira cidade mais populosa do país, uma vez que a maiores são, respectivamente, São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ).

Segundo a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), publicada em 1993, em seu artigo décimo: “O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida”. Atualmente existem 31 regiões administrativas, quais são: Plano Piloto (I), Gama (II), Taguatinga (III), Brazlândia (IV), Sobradinho (V), Planaltina (VI), Paranoá (VII), Núcleo Bandeirante (VIII), Ceilândia (IX), Guará (X), Cruzeiro (XI), Samambaia (XII), Santa Maria (XIII), São Sebastião (XIV), Recanto das Emas (XV), Lago Sul (XVI), Riacho Fundo (XVII), Lago Norte (XVIII), Candangolândia (XIX), Águas Claras (XX), Riacho Fundo II (XXI), Sudoeste/Octogonal (XXII), Varjão (XXIII), Park Way (XXIV), SCIA (XXV), Sobradinho II (XXVI), Jardim Botânico (XXVII), Itapoã (XXVIII), SIA (XXIX), Vicente Pires (XXX) e Fercal (XXXI). Para que seja extinta ou criada uma nova Região Administrativa, basta Lei Distrital aprovada por maioria absoluta dos Deputados Distritais. Outro ponto relevante é que, no momento de criação de uma RA, cria-se automaticamente um Conselho Tutelar para a respectiva região, com funções consultivas e fiscalizatórias. Atualmente, a RA mais populosa do Distrito Federal é Ceilândia, com aproximadamente 490 mil habitantes (Pesquisa Distrital por Amostra em Domicílio – PDAD, 2015).

O intenso crescimento populacional vivenciado pela Capital durante os 58 anos, desde a sua criação, provoca influências positivas e negativas no desenvolvimento sustentável da cidade. Desta maneira, se exige uma administração pública eficiente e capaz de atingir todos os objetivos e demandas da população. Brasília é marcada por um alto índice de desenvolvimento, mas, em contrapartida, ainda apresenta desigualdades marcantes que interferem negativamente na vida de muitos habitantes. Como uma cidade nova, se comparada às demais capitais, Brasília tem

um enorme potencial e insumos para que aproveite as oportunidades que o cenário a dispõe, bem como para aprender com “erros passados” de outras cidades e saber como contorná-lo da melhor maneira em prol do cidadão.

1.2 Formulação do Problema

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicada no dia 30 de agosto de 2017 no Diário Oficial da União (DOU), utilizando como referência a data de 1º de julho de 2017, a população do Distrito Federal é de 3.039 milhões de habitantes. Se compararmos com o último senso populacional realizado pelo mesmo instituto, em 2010, a população da região cresceu cerca de 18,2%, uma vez que a população levantada na data de realização era de 2,57 milhões de habitantes. Brasília, sede do Governo do Distrito Federal e Capital Federal do Brasil, atualmente é o terceiro município mais populoso do país, ficando atrás apenas de São Paulo (12 milhões de habitantes) e do Rio de Janeiro (6,5 milhões de habitantes). Vale ressaltar que o IBGE considera em seus “cálculos” sobre Brasília toda a população do Distrito Federal, premissa essa que será considerada para a execução do presente trabalho.

Números tão expressivos servem de alerta para os governantes da região, pois tanta intensidade no crescimento populacional demanda um planejamento eficiente, eficaz e efetivo no que diz respeito à administração pública, para que, desta maneira, a região se desenvolva de maneira sustentável e equilibrada, proporcionando uma boa qualidade de vida para os cidadãos e um ambiente ecologicamente preservado.

Em decorrência dos dados apresentados, indaga-se: Qual a relação, seja ela positiva ou negativa, desse crescimento populacional com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal?

1.3 Objetivo Geral

O presente estudo busca, por meio de uma análise descritiva, apresentar a relação entre o intenso crescimento populacional e o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. Para realizar tal análise, serão utilizados com base os pilares do modelo *Triple Bottom Line* de Sustentabilidade (Tripé da Sustentabilidade), proposto pelo norte americano John Elkington e aprofundado pelo artigo "*The triple bottom line: What is it and how does it work? (2011)*" do Doutor e Diretor de Análise Econômica do Centro de Pesquisa em Negócios da Universidade de Indiana, Timothy F. Slaper, e pela Analista de Pesquisas em Economia, também da Universidade de Indiana, Tanya J. Hall.

É importante ressaltar que o modelo *Triple Bottom Line* não será aplicado para avaliar o desempenho das ações do governo do DF, e sim para avaliar a relação de um determinado fenômeno (crescimento populacional), o qual se apresenta como uma variável externa, sobre o desenvolvimento da região.

1.4 Objetivos Específicos

1. Levantar e analisar os principais fatores que impulsionaram e seguem influenciando o crescimento populacional do Distrito Federal, no período compreendido entre o ano 2000 até 2015.
2. Apresentar a representatividade dos imigrantes e dos indivíduos naturais do Distrito Federal na composição total da população, no período compreendido entre o ano 2000 até 2015.
3. Apresentar as principais regiões de origem dos emigrantes que vêm para o Distrito Federal e o destino daqueles que deixam a região no período compreendido entre o ano 2000 até 2015.

1.5 Justificativa

O presente trabalho se justifica perante dois aspectos: social e acadêmico. Sob o ponto de vista social, o estudo se apresenta como uma análise que permite aos cidadãos e demais interessados terem acesso a um panorama geral do desenvolvimento da cidade frente ao intenso crescimento populacional. É de conhecimento comum, principalmente de quem mora no Distrito Federal, que Brasília vem “crescendo” muito nos últimos anos e, com isso, problemas e oportunidades surgem dia após dia nas diversas Regiões Administrativas que compõe Brasília e, dessa maneira, um estudo que aborde os principais reflexos deste fenômeno sobre o desenvolvimento da região permite uma análise mais clara sobre o que está acontecendo e como enfrentar esta situação em prol da sociedade.

Já sob o aspecto acadêmico, o trabalho se justifica pela escassez de estudos que analisem o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. Por meio dos pilares do modelo *Triple Bottom Line* busca-se apresentar uma visão geral do panorama da cidade, uma vez que aborda, em linhas gerais, os aspectos sociais, econômicos e os relacionados ao meio ambiente e, até então, não foi identificado nenhum estudo que o aplicasse no cenário proposto.

Para os atuais e futuros administradores, é de suma importância compreender que as organizações, sejam elas públicas ou privadas, são sistemas abertos, os quais são influenciados por fatores externos, como por exemplo, o crescimento populacional de uma região, objeto do presente trabalho. Esta visão permite que os gestores adotem medidas que aperfeiçoem e tornem mais eficazes seus respectivos planejamentos, estando preparados para possíveis adversidades que o ambiente o qual a sua instituição está inserida possa “proporcionar”. Segundo Serra et al. (2003, p. 56), As empresas, como quaisquer outros sistemas, são afetadas por fatores externos que independem dela e que podem interferir em seu funcionamento e em seu desempenho”. De maneira semelhante, Maximiano (2004, p. 366) descreve que a ideia de sistema e enfoque sistêmico ajuda a entender e a manejar a complexidade de muitas situações ou problemas enfrentados pelas organizações”.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os principais conceitos que servirão como base para o desenvolvimento do presente trabalho, partindo de uma revisão da literatura acerca dos temas que serão apresentados. Serão tratados os conceitos de desenvolvimento sustentável, planejamento estratégico, pensamento sistêmico, administração pública, fluxo migratório e, por fim, o conceito do modelo *Triple Botton Line*, o qual será o principal instrumento para o estudo proposto.

Segundo Vergara (2007, p. 35):

Denomina-se referencial teórico o capítulo do projeto que tem por objetivo apresentar os estudos sobre o tema, ou especificadamente sobre o problema, já realizados por outros autores. Será estabelecida uma análise sobre o contexto do problema de pesquisa para cada um dos conceitos apresentados neste capítulo, a fim de familiarizar o leitor com a análise e a orientação teórica que servirá como base para o estudo.

2.1 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável vem ganhando cada vez mais notoriedade com o passar dos anos, uma vez que os gestores estão inseridos em um ambiente cada vez mais competitivo, e o maior acesso à informação por parte de todos os *stakeholders* faz com que estes se tornem cada vez mais exigentes com os impactos que as organizações causam no meio ambiente, sejam estas públicas ou privadas, e aqueles positivos ou negativos.

Segundo Pena (201?), em publicação no site Brasil Escola, tal conceito foi oficialmente debatido na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972, a qual ficou popularmente conhecida como Conferência de Estocolmo e que passou a ser considerado um marco na tentativa de aproximar e melhorar a relação dos

indivíduos com o meio ambiente, buscando um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a redução da degradação ambiental. Nela participaram 113 países e aproximadamente 400 instituições governamentais e não governamentais. O seguinte trecho foi retirado da Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, em seu parágrafo sexto: “Defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações se tornou uma meta fundamental para a humanidade” (ONUBR, 2017)

Outra passagem que reforça a relevância desta Conferência para o desenvolvimento sustentável é a seguinte, retirada do website das Nações Unidas no Brasil:

Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas... (Estocolmo, 1972).

Após a Conferência de Estocolmo, o assunto voltou a ser debatido em 1983 pela ONU, a qual nomeou a primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. No ano de 1987, o documento referente ao estudo realizado foi entregue, o qual foi chamado de “Nosso Futuro Comum” ou, popularmente conhecido, de “Relatório de Brundtland”. O fator chave para o presente trabalho é que este documento trouxe uma definição que ficou mundialmente conhecida e aceita sobre o que é desenvolvimento sustentável, que é, segundo o relatório, “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (MIRANDA, 2014).

Vale a pena ressaltar, brevemente, a diferença entre desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável, conceitos que por muitos vezes são apresentados como sinônimos. Enquanto aquele diz respeito a uma abordagem mais restrita, na qual as organizações buscam um aumento de sua capacidade produtiva de bens e serviços de um determinado setor ou país, visando o lucro, este trata de uma visão mais ampla, na qual as organizações visam não apenas o lucro, mas também

fatores ambientais e sociais, garantindo o progresso material e o bem estar da sociedade resguardando os recursos e o patrimônio natural dos diferentes povos e países (GIASANTI, 1998, p.12-15).

A busca pelo desenvolvimento sustentável, no Distrito Federal, levou à criação, pelo Governo de Brasília, da Secretaria de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia (SEDES), a qual, segundo o portal da própria secretária, atua e tem competência nas seguintes áreas: “I - desenvolvimento econômico; II - indústria, comércio e serviços; III - comunicações; IV - áreas, polos e parques de desenvolvimento econômico; V - políticas de fomentos; VI - políticas de incentivos ao desenvolvimento econômico; VII – empreendedorismo; VIII – integração e gestão de políticas públicas sociais e de infraestrutura da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e desenvolvimento sustentável do polo econômico da mesma; IX – economia criativa e solidária; X – microempresa e empresas de pequeno porte”.

O Supremo Tribunal Federal (STF) também se manifestou, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, reconhecendo o princípio do desenvolvimento sustentável:

O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra-se suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação deste postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações. (ADI nº 3.540/DF, Rel. Min. Celso de Melo, DJ 03/02/06).

Outro amparo legal, que evidencia a importância da busca pelo desenvolvimento sustentável, está na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, conhecida popularmente como Lei Geral de Licitações, a qual, em seu artigo 3º, apresenta os seguintes

objetivos para os processos licitatórios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

O crescimento populacional de Brasília tem tornado a capital cada vez mais relevante no cenário nacional, não apenas pelo seu aspecto político, por ser a sede do governo, mas também pela quantidade de oportunidades que a região vem oferecendo e, conseqüentemente, atraindo milhares de pessoas.

2.1.1 Indicadores de desenvolvimento sustentável

Como o objetivo do trabalho é analisar a relação do crescimento populacional no desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, estes dois indicadores são de suma importância, uma vez que são ferramentas que permitem mensurar tanto o desenvolvimento humano, quanto a desigualdade da região proposta, respectivamente.

2.1.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH é um indicador que busca analisar três dimensões básicas do desenvolvimento humano no longo prazo, são elas: renda, educação e saúde. Tal

indicador tem como objetivo estabelecer uma relação direta com outro indicador mundialmente utilizado, que é o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*), o qual analisa exclusivamente o viés econômico. Criado por Mahbub uq Haq e com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, vencedor do Prêmio Nobel de Economia, tal indicador busca analisar o desenvolvimento humano de uma maneira mais ampla, uma vez que, como citado, analisa três fatores da sociedade. Vale ressaltar que tal indicador não esgota todos os fatores determinantes para se medir o desenvolvimento humano de uma região. (PNUD, 2017)

Segundo o *website* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil:

Publicado pela primeira vez em 1990, o índice é calculado anualmente. Desde 2010, sua série histórica é recalculada devido ao movimento de entrada e saída de países e às adaptações metodológicas, o que possibilita uma análise de tendências. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

Tais informações são disponibilizadas por meio do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH). Este instrumento tem como principal objetivo informar questões relevantes sobre o desenvolvimento humano não só para o governo, mas para todos nós, pois com mais informações disponíveis ao nosso acesso, cabe a cada indivíduo utilizá-las ou não em prol de uma sociedade mais igualitária. (PNUD, 2017).

A premissa do primeiro relatório, elaborado em 1990, é, segundo o site da PNUD (2017): “as pessoas são as verdadeiras riquezas das nações”. Este conceito guiou todas as publicações subsequentes. A PNUD publica anualmente o RDH global, com diversos temas conexos e de interesse mundial, bem como o cálculo do IDH de grande parte dos países do mundo e, com o objetivo de torna-lo mais acessível, este é publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países. Além deste relatório anual, alguns países publicam também o seu RDH nacional, e o Brasil é um exemplo

destes países, uma vez que publicou tal relatório em quatro oportunidades: O primeiro deles, em 1996, apresentou um panorama sobre as questões sociais do Brasil; a segunda publicação foi um Atlas de desenvolvimento humano, em 2003; já em 2005, o terceiro relatório tratou de questões relacionadas ao racismo, problema e violência; o quarto e último relatório discutiu sobre a importância dos valores humanos na sociedade na busca do desenvolvimento. (PNUD, 2017).

De acordo com o último censo do IBGE (2010), o Distrito Federal tem um IDH de 0,824, o mais alto entre as 27 unidades da federação.

2.1.1.2 Coeficiente de Gini

O nome Coeficiente de Gini foi dado em homenagem ao seu criador, o matemático italiano Conrado Gini, que criou este método em 1912 (PENA, 2017).

Da mesma maneira que o IDH busca ampliar o estudo sobre o desenvolvimento humano abordando os fatores econômicos, educacionais e de saúde em contraponto ao PIB, que avalia exclusivamente fatores econômicos, o Coeficiente de Gini tem como objetivo medir o grau de concentração de renda em uma determinada sociedade, ou seja, avaliar a distribuição desta em uma região. Ele aponta a diferença e estabelece uma relação entre os rendimentos das pessoas com as melhores condições de vida e daqueles mais pobres. O coeficiente, numericamente, varia entre 0 e 1 (em alguns casos de 0 a 100), sendo que 0 corresponde a uma situação de total igualdade, logo é o objetivo ideal e, de certo ponto utópico, a ser alcançado pela maioria dos países. Já quando o coeficiente corresponde ao valor 1 (ou 100), isso quer dizer que a renda de determinada região está concentrada nas mãos de uma única pessoa. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% países mais ricos com o 20% países mais pobres. (WOLFFENBUTTEL, 2004)

Atualmente o Brasil ocupa a décima colocação no ranking entre nações segundo dados do RDH mundial divulgados em março de 2017, apresentando uma desigualdade muito elevada na distribuição de renda, correspondendo a um valor de 0,515 no Índice de Gini. O ranking é liderado pela África do Sul (0,634) seguida de

Namíbia (0,610) e Haiti (0,608). Já no outro lado da tabela, os países com os menores índices são a Ucrânia (0,241), Eslovênia (0,256) e a Noruega (0,259). O país da América do Sul com maior índice de desigualdade, segundo o ranking, é a Colômbia (0,535) (CORRÊA, 2017).

Trazendo para o aspecto nacional, o Distrito Federal possui o maior índice de desigualdade do Brasil, ou seja, o Coeficiente de Gini mais elevado em âmbito nacional, correspondendo a um valor de aproximadamente 0,57, maior, portanto, que a média nacional exposta no parágrafo anterior. No outro lado da escala, o estado de Santa Catarina se apresenta como o mais igualitário do país, com um valor correspondente a aproximadamente 0,438 (SOUZA, 2016).

Tal ferramenta se apresenta de maneira muito importante para o desenvolvimento do presente trabalho, uma vez que, ainda que o Distrito Federal possua uma elevada renda *per capita*, a Capital possui um elevado grau de desigualdade social, como será apresentado em momento futuro neste projeto.

2.2. Planejamento Estratégico

Seguindo a linha de raciocínio apresentada, o planejamento estratégico se apresenta como um elemento fundamental para a adequada alocação dos recursos e esforços em prol dos objetivos das organizações. Quando nos referimos à administração pública, vale ressaltar que a finalidade a ser alcançada pelos gestores, mediata ou imediatamente, é o interesse público.

O ambiente ao qual uma organização está inserida é um dos pilares para a formulação da estratégia por parte da organização, seja ela pública ou privada. Maximiano (2004. p.385) destaca: “Quanto mais instável e complexo o ambiente, maior a necessidade do enfoque sistêmico e do planejamento estratégico”. No cenário proposto, a principal variável a ser analisada é o crescimento populacional exponencial de Brasília ao longo de sua história, se apresentando como uma variável complexa a ser analisada por parte dos governantes, pois diversas

consequências, positivas e negativas, poderão surgir desta mesma causa, como será apresentado em momento futuro neste trabalho.

O planejamento estratégico visa o longo prazo, ou seja, o gestor, ao elaborar suas políticas, não pode direcionar suas ações de forma adstrita a um período curto de execução, uma vez que, por ser um planejamento mais abrangente, impactará seu público por um período maior de tempo. Normalmente, na administração pública, o planejamento é elaborado para um período de quatro anos, correspondente a legislatura dos chefes do poder executivo do Brasil. Vale ressaltar, de maneira breve, que o planejamento e a alocação de recursos no setor público são expressos por meio de ferramentas como o Planejamento Plurianual, que contém as diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos e pela Lei de Diretrizes orçamentárias, que é um elo entre este planejamento plurianual e a execução orçamentária anual, que se materializa por meio da Lei Orçamentária Anual, a qual visa direcionar os recursos de acordo com as prioridades do ano que está por vir (MENDES, 2016). Inclusive esses aspectos estão previstos na Constituição Federal de 1988.

Outro ponto relevante para o caso do planejamento, e que representa uma particularidade do Distrito Federal, é o fato dele ser subdividido em Regiões Administrativas, característica esta que exige que os administradores regionais direcionem suas ações de maneira integrada àquelas do Governador. Essa “distribuição” do território do DF permite que as necessidades dos habitantes de cada uma dessas “cidades” sejam notadas e analisadas de maneira mais próxima, possibilitando uma execução do planejamento mais efetiva por parte dos gestores. A importância dessa descentralização pode ser representada por meio da definição trazida por Montana e Charnov (2005): “O planejamento em uma organização é feito em um nível institucional e em níveis gerenciais inferiores, com cada gerente planejando para sua unidade de trabalho”.

Para concluir, os objetivos do planejamento estratégico devem, segundo Maximiano (2004, apud KATZ, 1970: “Os objetivos devem definir a situação futura desejada em termos de clientes e mercados, produtos e serviços, vantagens competitivas, participação no mercado e desempenho econômico-financeiro”.

Conclui-se, portanto, que o Planejamento Estratégico se apresenta como uma ferramenta de suma importância para a uma boa gestão, seja de uma organização pública ou privada, orientação as ações e políticas para a busca da concretização e sucessos dos seus objetivos de longo prazo

2.3. Pensamento Sistêmico e Ambiente Organizacional

O ambiente influencia diretamente o planejamento de uma organização. Fatores ambientais, econômicos, sociais, políticos, bem como diversos outros devem ser considerados pelos gestores de maneira que saibam aproveitar as oportunidades e minimizar os riscos que estes fatores proporcionam. Surge então o conceito de Pensamento Sistêmico, o qual defende que as instituições estão em constante interação com ambiente externo que à cerca, buscando se adaptar às demandas emergentes de maneira a permanecer competitivas. Segundo Montana e Charnov (2005, p.89): “Essa abordagem, além disso, supõe que nem os problemas nem, as soluções permanecem constantes – as situações mudam, os problemas mudam e as novas soluções são constantemente necessárias”.

Trazendo para o objetivo do trabalho, este pensamento traduz o tamanho da responsabilidade que é acometida a um administrador público, principalmente aos chefes do poder executivo, na busca de se adaptar aos mais diversos cenários em prol do interesse da sociedade. Já em relação à variável em estudo, que é o crescimento populacional, suas consequências positivas ou negativas se apresentam de diversas maneiras e geram, também, consequências variadas, cabendo ao gestor propor soluções inovadoras.

Maximiano (2004 p.366) ilustra a importância de tal pensamento no seguinte trecho:

A ideia de sistema e enfoque sistêmico ajuda a entender e a manejar a complexidade de diversas situações ou problemas enfrentados pelas organizações. Por isso, o enfoque sistêmico é uma intelectual muito utilizada no estudo e na prática da administração de todos os tipos de organizações.

O ambiente, por sua vez, pode ser dividido sobre dois enfoques: interno e externo. O primeiro é referente aos fatores que são passíveis de controle direto por parte da organização, como por exemplo, a sua estrutura organizacional, recursos humanos, diretrizes e tecnologias empregadas em suas atividades. Já o ambiente externo é aquele composto por fatores que orientam a atuação da organização, ou seja, o contexto no qual determinada organização está inserido e, por este motivo, não possui um controle direto sobre o mesmo, buscando se moldar conforme as necessidades, gerenciar os riscos e aproveitar as possíveis oportunidades que o ambiente proporciona (MUNIZ e FARIA, 2007). Um instrumento fundamental para que a organização minimize seus riscos e aumente suas chances de sucesso frente ao ambiente em que está inserida é o mapeamento ambiental, o qual, segundo Muniz e Faria (2007), “procura auxiliar a organização no sentido de explorar e discernir o ambiente, para reduzir a incerteza a seu respeito”.

As variáveis externas comumente analisadas são as econômicas, políticas, tecnológicas, demográficas, legais, sociais e ecológicas, segundo Muniz e Faria (2007). Deste modo, podemos concluir que o crescimento populacional analisado se apresenta como uma variável externa demográfica a ser estudada pelo Governo do Distrito Federal para orientar sua atuação da melhor maneira possível em prol do desenvolvimento da região.

Sobre a variável externa demográfica, no que se refere ao aspecto populacional, Muniz e Faria (2007) defendem que “as organizações geralmente fazem suas previsões futuras sobre o mercado através do censo, porém as mudanças populacionais são menos previsíveis, tornando as organizações mais vulneráveis.”

O constante crescimento populacional que tornou Brasília a terceira capital mais populosa do país se apresenta como uma variável complexa a ser analisada. Diversos fatores decorrentes deste crescimento são “visíveis” por parte da população, a qual exige grande comprometimento dos Governadores para que a Capital continue com um elevado padrão de qualidade de vida que tem, como será apresentado neste trabalho. Porém, há o “outro lado da moeda”, uma vez que Brasília apresenta um alto índice de desigualdade social. Esta discordância tem como uma de suas causas o impacto no setor econômico social e ambiental causado pelo crescimento populacional da região.

2.4 Administração Pública

Uma vez que o fenômeno analisado pelo trabalho se apresenta como uma variável externa à instituição governamental do GDF, faz-se necessário apresentar o conceito de administração pública, a qual fica a cargo gerenciar tal variável de maneira sustentável e prospera para o Distrito Federal.

Tal conceito pode ser dividido e analisado sobre dois enfoques: O primeiro deles, em sentido subjetivo, orgânico ou formal, é “quem faz”, ou seja, os órgãos, entidades e agentes que praticam a função administrativa. Por outro lado, no sentido objetivo, material ou funcional, a administração pública corresponde na atividade propriamente dita, a qual consiste em defender sempre o interesse público (MAZZA, 2014, p. 50).

Em relação às atividades precípua da administração pública moderna, Mazza (2014, p.51) defende que, por mais que seja uma gama muito grande de responsabilidades, este fato não impede a doutrina de identificar 3 principais tarefas, são elas: o exercício do poder de polícia, que consiste em limitar e condicionar a liberdade e a propriedade privada em favor do interesse público; a prestação dos serviços públicos, por meio de ações positivas de interesse público, como por exemplo o fornecimento de energia, luz, educação, água e demais bens e serviços essenciais; e por fim, mas não menos importante, a realização de atividades de fomento, na qual o Estado assume um papel de incentivador, buscando estimular o desenvolvimento social e econômico da sociedade

Vale ressaltar que, atualmente, vivemos na fase gerencial da administração pública, a qual busca um aumento da eficiência, proximidade com o cidadão, responsabilização e prestação de contas por parte dos governantes. Segundo Di Pietro (2011, p. 32), o foco deste modelo de administração é: “maior autonomia ao administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, para que possa alcançar os objetivos contratados; instituir o controle a posteriori”.

Uma boa administração dos recursos disponíveis permite um desenvolvimento harmônico da sociedade, equilibrando as frentes sociais, econômicas e ambientais

de uma determinada região. Políticas e ações devem ser planejadas visando sempre o interesse público, mas de maneira a se adaptar a realidade de cada lugar.

2.5 Migração

O fenômeno migratório é a grande variável que influencia o crescimento populacional do Distrito Federal, objeto do presente trabalho. Motivados por diversos fatores, milhares de indivíduos migram de uma região para outra visando alcançar seus objetivos.

O conceito de migração, segundo a Organização Internacional para Migração (2011), pode ser definido da seguinte maneira:

O movimento de uma pessoa ou grupo de pessoas, seja através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado. É um movimento populacional, abrangendo qualquer tipo de movimento de pessoas, seja qual for o seu tamanho, composição e causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, migrantes econômicos e pessoas que se deslocam para outros fins, incluindo o reagrupamento familiar.

Tal conceito ressalta que o movimento migratório pode ser influenciado por inúmeros motivos, atinentes a realidade de cada indivíduo. Segundo Silva (2018), tais motivos normalmente estão relacionados a quatro principais fatores, são eles: econômicos, quando o migrante busca melhores condições de vida por meio de ocupações que proporcionem maior remuneração; fatores culturais e religiosos, os quais se destacam principalmente a nível global; aspectos políticos, com destaque em períodos de crises, revoltas e instabilidades no cenário político de determinadas regiões; e por fim, a migração pode ser motivada por fatores naturais, como ocorre no caso de desastres e condições climáticas desfavoráveis para um determinado objetivo.

É importante ressaltar os fluxos migratórios acabam por influenciar na configuração de uma determinada região, uma vez que sua composição muda ao longo do tempo. Segundo Polon (2018), por conta da migração, “podem ocorrer processos de hibridização cultural, miscigenação da população, mas também desestabilização econômica e de oferta de trabalho”.

No âmbito do Distrito Federal, objeto desta pesquisa, segundo a COODEPLAN (2014), a migração envolvendo a Capital Federal apresenta o seguinte panorama:

Diferentemente do que ocorria no período da construção da Capital da República, nas décadas de 1950 e 1960, quando o fator de atração eram os empregos na construção civil, hoje, os migrantes vêm atraídos pelas oportunidades de trabalho no setor público.

Deste modo, compreender como a configuração Distrito Federal se apresenta após o intenso processo de crescimento populacional é de grande relevância para o presente estudo, tendo em vista que o desenvolvimento sustentável apresenta relação direta com a configuração demográfica da região ao longo do tempo.

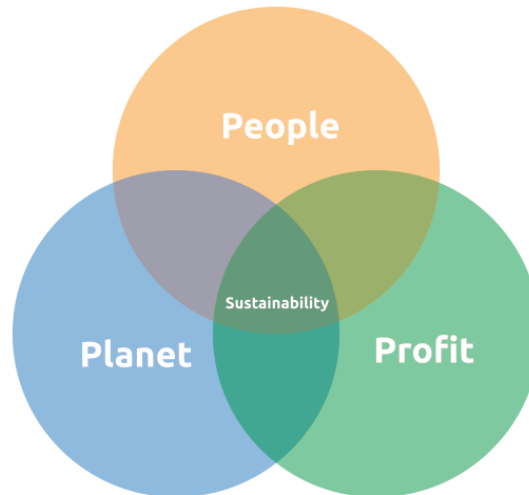
2.6 Triple Botton Line

O modelo *Tiple Botton Line* (TBL), proposto pelo norte americano John Elkington em meados dos anos 90, será apresentado utilizando como base um artigo elaborado pelo Doutor e Diretor de Análise Econômica do Centro de Pesquisa em Negócios da Universidade de Indiana, Timothy F. Slaper, e pela Analista de Pesquisas em Economia, também da Universidade de Indiana, Tanya J. Hall, chamado “*The Triple Botton Line: What Is It and How Does It Word*”, publicado em 2011.

Tal conceito servirá como base e adaptado para o contexto presente trabalho, uma vez que será analisada a relação do crescimento populacional com o

desenvolvimento sustentável do DF nos três pilares abordados pelo modelo: econômico, social e ambiental, como na figura 1:

Figura 1 – Triple Bottom Line



Fonte: RMA Green.

A sustentabilidade vem se tornando um assunto constantemente debatido nos últimos anos por empresas e governos, uma vez que não é um objetivo simples de ser alcançado. O modelo TBL foi criado por Elkington com o intuito de medir o desempenho das organizações de maneira mais ampla, ou seja, não levando em consideração apenas fatores tradicionais como o lucro ou os retornos sobre os investimentos, mas também trabalhar com dimensões inter-relacionadas, que envolvessem pessoas e o meio ambiente, de maneira a colaborar com a sustentabilidade. Empresas com ou sem fins lucrativos e governos podem utilizar tal modelo (SLAPER e HALL, 2011).

O TBL então é uma ferramenta que analisa o desempenho de uma organização com base em três pilares: social, econômico e ambiental. Segundo Slaper e Hall (2011, apud Savitz), o modelo: “captura a essência da sustentabilidade, medindo o impacto das atividades de uma organização no mundo”.

Não há um método universal para calcular o TBL. Porém, isto é visto com bons olhos, uma vez que se torna possível adaptar os indicadores conforme a realidade do contexto que se pretende analisar. Desta maneira, empresas, organizações,

projetos e regiões podem ser analisados de acordo com suas particularidades. O presente modelo também é capaz de realizar análises mais ampla, como o impacto de um fenômeno em grandes áreas, que é o caso do presente estudo, uma vez que o fenômeno a ser analisado é o crescimento populacional (SLAPER e HALL, 2011).

Uma vez que o TBL aborda três frentes para o desenvolvimento sustentável, Slaper e Hall (2011) apresentam exemplos de indicadores, não universais, mas que podem ser levados em consideração para cada um dos pilares:

- 1- Econômico: Crescimento e distribuição de empregos em uma determinada região; receitas de um determinado setor; índice de desemprego; produto interno bruto.
- 2- Meio ambiente: Consumo de energia; consumo de combustíveis fósseis; gestão de resíduos sólidos; gerenciamento de resíduos perigosos; concentração de gases poluentes; mudanças no clima e solo.
- 3- Social: Participação feminina na força de trabalho; renda média familiar; expectativa de vida da região; pobreza relativa; nível de escolaridade; crimes violentos por região.

Logo, o presente conceito é essencial para a análise proposta. Vale reforçar que tal modelo será utilizado como base para avaliar a relação do crescimento populacional com desenvolvimento sustentável do DF de acordo com os seus pilares, e não as ações governamentais propriamente ditas.

Segundo Slaper e Hall (2011), Governos estaduais, regionais e locais cada vez mais estão adotando o TBL e quadros análogos de sustentabilidade para o processo de tomada de decisão por meio de ferramentas de monitoramento de desempenho.

3. METODOLOGIA

A presente etapa tem como objetivo apresentar como a pesquisa será desenvolvida de uma maneira geral. O tipo de abordagem, natureza da pesquisa, os objetivos e os procedimentos utilizados são descritos para uma melhor compreensão por parte do leitor e para que o objetivo do estudo. Segundo Minayo (2007) a metodologia tem como foco a validade do caminho selecionado para se chegar ao objetivo proposto pela pesquisa, desta forma, ela vai além da mera indicação dos procedimentos que serão executados, explicando também a escolha teórica realizada pelo autor para estudar o objeto proposto.

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Visando atingir os objetivos pretendidos pelo presente estudo de maneira clara, concisa e abordando os conceitos apresentados no referencial teórico, o procedimento técnico utilizado para o desenvolvimento do trabalho será a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir de teorias, dados e informações já coletados e publicados em revistas, livros, jornais, websites, artigos etc. Tal procedimento visa uma melhor compreensão do que já foi estudado sobre o assunto proposto e utilizar tais conhecimentos em prol do alcance do objetivo da pesquisa (GERHARDT E SILVEIRA, 2009 apud FONSECA, 2002 pag. 44). Uma das principais vantagens deste tipo de pesquisa reside no fato de que ela possibilita a análise de uma gama maior de informações e fenômenos se comparada com uma coleta primária dos dados (GIL, 2006). No presente estudo, tais informações serão analisadas para compreender a possível influencia do crescimento populacional no desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. Para isso, informações dos principais institutos estatísticos, artigos e acontecimentos relevantes serão apresentados a fim de justificar os impactos de tal fenômeno.

A pesquisa documental, segundo Gil (2006), é aquela que se vale de materiais que ainda não receberam uma análise mais aprofundada, ou seja, um tratamento analítico das informações neles contidas. As principais vantagens deste modelo residem no fato de se constituírem em uma fonte estável, sólida e rica em informações, permitindo que o pesquisador elabore seu estudo de maneira segura e confiável sem que seja necessário um contato direto com o sujeito que elaborou tais materiais.

Quanto à abordagem, a pesquisa se classifica como mista, uma vez que apresenta análises qualitativas e quantitativas. A pesquisa qualitativa é aquela que não se preocupa com a representatividade numérica de maneira isolada, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, organização ou até mesmo em relação a um acontecimento. Segundo Gerhardt e Silveira (2009): “Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas”. Em relação à abordagem quantitativa, está consiste em descrever determinado fenômeno de maneira mensurável, ou seja, quantificar as causas e consequências de maneira objetiva. A junção dessas duas abordagens permite uma análise mais completa sobre o objeto de estudo pretendido.

A harmonia entre essas duas abordagens pode ser descrita, segundo Gerhardt e Silveira (2009, apud POLIT, BECKER e HUNGLER, 2004, p.201), da seguinte maneira:

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno.

Já em relação à natureza da pesquisa, está pode ser classificada como básica, uma vez que pretende gerar conhecimentos novos estabelecendo relações de causa e efeito sobre o fenômeno de crescimento populacional no DF. Tal natureza se justifica, segundo Prodanov e Freitas (2013), como aquela que envolve fatos e interesses universais, procurando gerar novos conhecimentos e interpretações úteis

para a ciência sobre determinado assunto, porém sem conter uma aplicação prática prevista. No presente estudo, envolve verdades e interesses locais.

Por fim, a pesquisa se classifica, em relação ao seu objetivo, como exploratória, uma vez que tem como objetivo proporcionar aos leitores uma maior familiaridade com o fenômeno a ser debatido, com o objetivo de torná-lo mais explícito e construir hipóteses que sustentem e justifiquem as influências sobre o desenvolvimento sustentável da região (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, apud GIL 2007). Este método foi escolhido uma vez que não é possível elencar de maneira objetiva todos os fatores que levam ao crescimento populacional, bem como suas influências no desenvolvimento sustentável. A ideia proposta é apresentar a variação do crescimento populacional ao longo do século XXI e relacioná-lo ao comportamento dos indicadores de desenvolvimento sustentável ao longo deste período. Segundo Gil (2006), em relação à pesquisa exploratória “seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”.

3.2 Coleta e análise de dados

Os dados para a pesquisa foram coletados com base em cinco principais instrumentos, são eles: os censos realizados pelo IBGE nos anos de 2000 e 2010, as Pesquisas Distritais por Amostra Domiciliar realizadas em 2004 e 2015 realizadas pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), e a série Democracia em Foco, documento elaborado pela CODEPLAN, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pelo Governo do Distrito Federal (GDF). Este documento conta com uma análise estruturada, com dez volumes, da demografia do Distrito Federal, o qual apresenta dados passados, atuais e projeções que permitem uma visão sistêmica acerca do desenvolvimento da região ao longo de sua história, viabilizando o objetivo deste estudo.

O espaço de tempo a ser analisado nesta pesquisa é o compreendido no intervalo de tempo entre o ano 2000 e 2015, uma vez que a PDAD 2015 é o instrumento mais completo e atualizado elaborado pela CODEPLAN com seus respectivos resultados divulgados. Este período foi selecionado por conta da grande disponibilidade de informações demográficas, principalmente por conta dos “censos” realizados pelo IBGE no ano 2000 e 2010 e pela PDAD (2015) em questão. Logo, ainda que haja dados mais atualizados referentes à população atual, realizadas pelo IBGE, esse Instituto não projetou os demais indicadores fundamentais para a análise do objetivo proposto pelo trabalho.

Os censos, por sua vez, possuem grande relevância para a sociedade e para as instituições políticas e econômicas responsáveis pelo funcionamento da máquina pública, pois segundo o IBGE “os censos produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas estaduais e municipais e para a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo”. Este instrumento, por conta de sua grande amplitude, é realizado de 10 e 10 anos, e pode ser considerado o mais completo, em âmbito nacional, que busca caracterizar sua população.

Como citado anteriormente, este estudo apresenta uma análise majoritariamente qualitativa, uma vez que seu principal objetivo é o relato das características de um fenômeno e a relações entre as variáveis e indicadores de desenvolvimento sustentável selecionados (GIL, 2006). A abordagem quantitativa será exclusivamente para mensurar a variação desses indicadores, conforme a dinâmica populacional ao longo do tempo.

3.3 Procedimento de análise dos Objetivos Específicos

As análises relativas a estes objetivos serão segmentadas em três etapas: Primeiramente serão analisados os dados referentes aos movimentos migratórios com base no censo de 2000, e em um segundo momento, os dados referentes ao censo de 2010. Por fim, o fluxo migratório entre o período de 2010 – 2015 será analisado com base nos dados divulgados pela PDAD 2015.

Vale ressaltar que, para melhor compreensão da realidade do Distrito Federal no ano de 2000, principalmente, serão apresentados, a fim de complementar a base teórica da pesquisa, dados relativos ao censo de 1991, realizado pelo IBGE. Logo, ainda que não esteja compreendido na delimitação temporal proposta e não seja objeto de estudo deste trabalho, esse censo se apresenta como uma interessante fonte de informação para analisarmos, de maneira comparativa, as variações dos indicadores demográficos da região, bem como as tendências para o período em questão.

3.4 Procedimento de análise do Objetivo Geral

Para tanto, a tabela 7, que será apresentada em momento oportuno, foi elaborada com base nos dados e indicadores apresentados nas PDAD's realizadas em 2004 e 2015, uma vez que essas são, respectivamente, a primeira e a última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio realizada na Capital com seus resultados divulgados. Analisando esses dois períodos, é possível avaliar se, ao longo desse primeiro momento do século XXI, o crescimento populacional do DF apresenta alguma relação com a variação dos indicadores de desenvolvimento econômico escolhidos. Este instrumento foi escolhido pelos seguintes motivos: primeiramente, pelo fato de que o seu intervalo de realização, entre a primeira e a última realização da pesquisa, abarca grande parte (11 anos) do século XXI até o ano de 2015, representando aproximadamente 73,3% desse período. Outro fato que contribui para a análise é a constância dos indicadores utilizados ao longo dos anos, permitindo a comparação entre cada edição desse instrumento, algo que não ocorre nos censos do IBGE, por exemplo. E por fim, este instrumento é o mais completo aplicado no DF, permitindo uma comparação mais efetiva do desenvolvimento da região com base nos indicadores utilizados na pesquisa.

4. RESULTADOS

Esta etapa visa apresentar os resultados obtidos por meio das análises realizadas no estudo. Como citado anteriormente, será dividida em duas etapas, ou seja, primeiramente serão apresentadas as informações relativas aos motivos que incentivam o fluxo migratório para o DF com base nos censos de 2000 e 2010 e na PDAD 2015 e, por fim, a relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento da região com base nas PDAD's de 2004 e 2015 realizadas pela CODEPLAN.

4.1 Fluxo Migratório

Para entendermos o crescimento populacional do Distrito Federal ao longo do século XXI, faz-se necessário compreendermos os motivos de atração que influenciam o movimento migratório da região, a representatividade da população natural e imigrante do Distrito Federal, bem como as principais regiões de origem dos imigrantes, assim como as regiões de destino dos emigrantes que deixam a Capital.

4.1.1 Fluxo Migratório para o Distrito Federal (2000)

Para analisarmos o fluxo migratório nesse primeiro momento, serão apresentadas duas tabelas referentes, respectivamente, aos censos de 1991 e de 2000. Por meio delas, a CODEPLAN apresentou a representatividade entre os naturais do DF e imigrantes, brasileiros ou não, que compunham à época a população do Distrito Federal.

Tabela 1 – População Total, Naturais, Imigrantes Brasileiros e Estrangeiros Naturalizados ou não – Distrito Federal – 1991

Indicadores	Valores Absolutos	%
População Total	1.601.094	100,0
Naturais DF	662.258	41,4
Imigrantes Brasileiros	931.149	58,2
Estrangeiros Naturalizados ou Não	7.687	0,5
Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 1991. Dados elaborados pela CODEPLAN.		

Fonte: IBGE – Censo Demográfico - 1991. Dados Elaborados pela CODEPLAN

Podemos observar, com base na Tabela 1, que no ano de 1991 a população total do DF era de 1.601.94 de cidadãos, sendo que sua maioria era composta principalmente por imigrantes brasileiros (58,2%), seguido de cidadãos naturais do DF (41,4%), os quais, ainda que minoria, possuíam uma representatividade significativa de residentes. Já em relação aos estrangeiros, estes representavam uma pequena parcela da população (0,5%), totalizando, deste modo, uma proporção de 58,7% de imigrantes na região.

Agora, para melhor analisarmos a dinâmica migratória do DF, será apresentada a mesma tabela, também elaborada pela CODEPLAN, porém composta com dados do censo de 2000 realizado pelo IBGE relativos à composição dos residentes na região.

Tabela 2 - População Total, Naturais, Imigrantes Brasileiros e Estrangeiros Naturalizados ou não – Distrito Federal – 2000

Indicadores	Valores Absolutos	%
População Total	2.051.146	100,0
Naturais DF	956.843	46,6
Imigrantes Brasileiros	1.087.343	53,0
Estrangeiros Naturalizados ou Não	6.960	0,3
Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 2000. Dados elaborados pela CODEPLAN.		

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 2000. Dados Elaborados pela CODEPLAN

Podemos observar, a partir das informações contidas na Tabela 2, que a população do DF cresceu aproximadamente 28% em relação à medição realizada pelo censo de 1991, totalizando um número de 2.051.146 habitantes. Porém, a representatividade da população imigrante brasileira caiu 5,2% quando comparada ao censo anterior, em contrapartida, a população de residentes naturais do DF cresceu aproximadamente 5% em relação ao mesmo instrumento. O número de estrangeiros, por sua vez, manteve-se com baixa representatividade, apresentando um decréscimo de 2% em relação a população apresentada no ano de 1991, totalizando uma proporção de 53,3% de imigrantes na região.

Os principais motivos que norteavam o movimento migratório para o distrito federal, estes que são o objetivo principal do levantamento neste momento do trabalho, permeavam em volta de questões relativas ao trabalho. Nesta época, a população economicamente ativa estava se expandindo de maneira constante e, quando comparada à década anterior, apresentou uma variação positiva de aproximadamente 3%. A estreita relação entre essa parcela da população e a ampliação do setor terciário, a qual estava em uma crescente desde os anos 70, impulsionava o movimento migratório. Outro fator relevante e motivador deste fenômeno para a região era a grande oferta de empregos públicos de alta competitividade, uma vez que Brasília é, desde a sua fundação, o principal polo político nacional por ser sede da Capital Federal. Por outro lado, o setor secundário, representado principalmente pela construção civil, vinha se retraindo com o passar do tempo. Vale ressaltar que, conforme elucidado no início do presente trabalho, este era um dos principais fatores de atratividade para imigrantes à época da construção da nova Capital Federal. Por fim, o setor primário, composto em sua grande maioria por hortifrutigranjeiros, não se apresentava como um fator de grande relevância para os imigrantes que almejavam um trabalho com melhores condições, uma vez que este era voltado apenas para o abastecimento do mercado local e o DF, por sua vez, não dispõe de grandes extensões de terra para um aumento expressivo de sua produtividade (Demografia em Foco, nº 7, pgs 58-65, 2013, CODEPLAN).

Para melhor compreensão da dinâmica deste fenômeno na região, serão apresentados na Tabela 3 os saldos totais e os principais destinos dos emigrantes, bem como a origem dos que imigraram para o Distrito Federal, de acordo com

quadro demonstrativo elaborado pela CODEPLAN com base no censo de 2000 realizado pelo IBGE:

Tabela 3 – Imigrantes residentes, Emigrantes naturais do DF segundo a UF de destino e Saldo Migratório – 2000 (em mil)

Regiões	Entradas	Saídas	Saldo Migratório	Regiões	Entradas	Saídas	Saldo Migratório
NORTE	39.937	12.717	27.220	NORDESTE	572.204	42.904	529.300
Rondônia	1.565	1.854	-289	Maranhão	98.754	5.364	93.390
Acre	1.118	115	1.003	Piauí	118.929	7.176	111.753
Amazonas	3.829	1.190	2.639	Ceará	95.040	7.715	87.325
Roraima	846	462	384	Rio Grande Norte	26.158	3.413	22.745
Pará	14.666	3.537	11.129	Paraíba	63.440	4.573	58.867
Amapá	640	321	319	Pernambuco	39.543	3.306	36.237
Tocantins	17.273	5.238	12.035	Alagoas	5.520	746	4.774
SUDESTE	294.411	63.420	230.991	Sergipe	4.061	782	3.279
Minas Gerais	192.792	24.060	168.732	Bahia	120.759	9.830	110.929
Espírito Santo	6.677	3.290	3.387	CENTRO-OESTE	150.595	133.911	16.684
Rio de Janeiro	56.677	14.283	42.394	Mato Grosso do Sul	3.833	1.160	2.673
São Paulo	38.265	21.788	16.477	Mato Grosso	5.644	3.232	2.412
SUL	30.196	6.571	23.625	Goiás	141.118	129.519	11.599
Paraná	10.517	2.899	7.618				
Santa Catarina	3.665	2.051	1.614	Exterior	6.960	-	-
Rio Grande do Sul	16.014	1.621	14.393	TOTAL	1.094.303	259.523	834.780

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Dados elaborados pela CODEPLAN.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Dados Elaborados pela CODEPLAN

A partir da Tabela 3, podemos concluir que, com base no censo de 2000, o principal destino dos emigrantes naturais do DF era o próprio Centro Oeste, cuja representatividade atinge aproximadamente 52% dos movimentos de saída, uma vez que 133.911 residentes deixaram a Capital Federal rumo a outros destinos do “centro” do Brasil. O segundo destino mais procurado pelos emigrantes era a região sudeste, representando uma parcela de aproximadamente 24,5% deste fenômeno. O total de emigrantes que saíram da Capital, no intervalo compreendido entre os dois censos realizados, é de 259.523 mil indivíduos.

Já em relação ao movimento contrário, ou seja, em relação aos imigrantes que chegaram ao DF, se apresenta como a principal origem destes a região Nordeste,

com uma representatividade de aproximadamente 52%, seguida da região Sudeste, a qual corresponde à cerca de 26% do total de entradas na Capital Federal. O total deste movimento de chegada é de 1.094.303 indivíduos.

Confrontando o número total de cada um dos grupos que compõe o fluxo migratório do DF, ou seja, as entradas e saídas da região, pode-se observar que os imigrantes (80,8%) representam a grande maioria em relação aos emigrantes (19,2%) no saldo final fluxo migratório, concluindo, portanto, que, neste período, mais pessoas chegaram à capital do que a deixaram.

4.1.2 Fluxo Migratório para o Distrito Federal (2010)

Neste segundo momento, os componentes do fluxo migratório, com base no censo de 2010, serão analisados para melhor compreensão do que motivou tal fenômeno no intervalo compreendido entre os anos 2000 e 2010. As mesmas tabelas apresentadas no período anterior serão novamente colocadas em evidência, porém com dados referentes ao censo de 2010 para que, em momento futuro, possa se analisar e comparar as variações de cada intervalo de tempo no que diz respeito ao movimento migratório.

Tabela 4 - População Total, Naturais, Imigrantes Brasileiros e Estrangeiros Naturalizados ou não – Distrito Federal – 2010

Indicadores	Valores Absolutos	%
População Total	2.570.160	100,0
Naturais DF	1.383.815	53,8
Imigrantes Brasileiros	1 177 750	45,8
Estrangeiros Naturalizados ou Não	8.595	0,4
Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 2010. Dados elaborados pela CODEPLAN.		

Fonte: IBGE – Censo Demográfico - 2010. Dados Elaborados pela CODEPLAN

A Tabela 4 mostra que, durante o intervalo entre o levantamento dos dois censos (2000 e 2010) a população do Distrito Federal cresceu aproximadamente 25%, valor próximo ao percentual de crescimento entre os anos de 1991 e 2000 (28%). A grande diferença é que, após praticamente meio século, pela primeira vez o número de naturais (53,8%) ultrapassa o número de imigrantes brasileiros e estrangeiros (46,2%). Em relação aos estrangeiros naturalizados, este grupo aumentou cerca de 0,1 ponto percentual (p.p).

Neste período, o Governo do Distrito Federal tinha como um de seus objetivos a erradicação de ocupações habitacionais irregulares, promovendo o atendimento da demanda por habitações populares em seu território por meio da concessão de lotes, objetivo este que refletia em suas políticas públicas desde a década anterior. Como consequência desta ação governamental, o DF passou a atrair fortemente imigrantes de baixa renda de diversas partes do país para a região, os quais buscavam melhor condições de vida por meio de um local adequado para residir. (Demografia em Foco, nº 7, pgs 70-75, 2013, CODEPLAN).

Vale ressaltar que os motivos predominantes de atração que Brasília exercia na década passada se mantiveram neste período, ou seja, por seu caráter administrativo, a Capital continuava atraindo grande parte de imigrantes que chegavam em busca de trabalho neste setor.

Como citado anteriormente, a construção civil, a qual foi motivo de atração durante grande parte da história do DF, não era mais o único fator de estímulo ao fluxo migratório, mas ainda assim exercia uma grande influência. Por conta de políticas Federais e até mesmo do GDF, como por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), responsável por atividades como o Minha Casa, Minha vida, além de diversas obras de infraestrutura na capital, o DF exerceu grande atração para imigrantes por conta do fortalecimento da economia no âmbito da construção civil. Neste período, algo até então inédito para esse setor no DF, foi a preparação para o recebimento de eventos como a Copa das Confederações e da Copa do Mundo, os quais demandavam grande quantidade de operários para a realização das obras em tempo hábil para a realização dessas competições. (Demografia em Foco, nº 7, pgs 72 - 75, 2013, CODEPLAN).

A Tabela 5, que será apresentada a seguir, demonstra as principais origens dos imigrantes, bem como os destinos dos emigrantes, com base no censo de 2010:

Tabela 5 - Imigrantes residentes, Emigrantes naturais do DF segundo a UF de destino e Saldo Migratório – 2010 (em mil).

Regiões	Entradas	Saídas	Saldo Migratório	Regiões	Entradas	Saídas	Saldo Migratório
NORTE	47.885	17.777	30.108	NORDESTE	803.388	70.127	533.259
Roraima	1.972	1.917	55	Maranhão	120.251	11.094	109.157
Acre	1.598	335	1.263	Piauí	130.694	13.553	117.141
Amazonas	4.968	1.262	3.706	Ceará	90.103	10.303	79.800
Roraima	724	574	150	Rio Grande Norte	24.697	4.926	19.771
Pará	16.936	4.805	12.131	Paraíba	54.908	6.531	48.377
Amapá	1.019	396	623	Pernambuco	39.145	4.942	34.203
Tocantins	20.668	8.488	12.180	Alagoas	7.098	713	6.385
SUDESTE	322.062	79.362	242.699	Sergipe	4.826	1.404	3.422
Minas Gerais	199.942	32.830	167.112	Bahia	131.665	16.661	115.004
Espírito Santo	7.330	4.115	3.215	CENTRO-OESTE	186.711	240.530	-74.819
Rio de Janeiro	64.707	16.385	48.322	Mato Grosso do Sul	5.393	1.606	3.787
São Paulo	50.073	26.032	24.041	Mato Grosso	6.570	4.206	2.364
SUL	38.718	9.538	29.180	Goiás	153.748	234.718	-80.970
Paraná	11.567	4.057	7.510				
Santa Catarina	5.458	3.098	2.360	Exterior	8.585	-	-
Rio Grande do Sul	21.691	2.381	19.310	TOTAL	1.186.345	417.332	768.013

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Dados elaborados pela CODEPLAN.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Dados Elaborados pela CODEPLAN

A partir da Tabela 5, podemos observar que os padrões apresentados no censo de 2000 se repetiram, em maior ou menor intensidade, neste levantamento, uma vez que as regiões de destino mais escolhidas entre os emigrantes de DF foram, respectivamente, o próprio Centro Oeste (57,6%) e o Sudeste (19%). O número total de emigrantes que deixaram Capital é de 417.332 indivíduos. Já em relação à origem dos imigrantes, o padrão do censo anterior também se repetiu, pois a região Nordeste (50,8%) e a Sudeste (27%) representaram, respectivamente, a maior parcela dos entrantes na região. O total de imigrantes que chegaram no DF é de 1.186.345

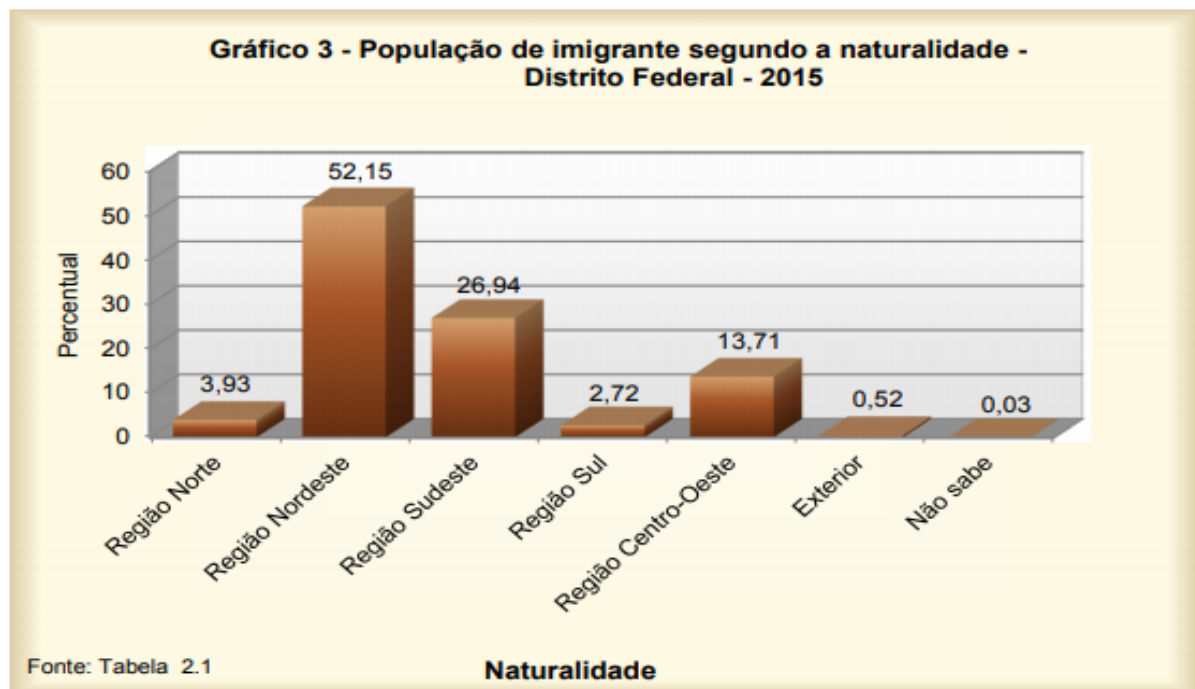
O saldo total, novamente, é positivo, uma vez que a diferença entre os imigrantes (74%) e os emigrantes (26%) presentes no fluxo migratório desta década é de

769.013 indivíduos, conforme a tabela elaborada pela CODEPLAN com dados do censo de 2010 do IBGE.

4.1.3 Fluxo Migratório de 2010 até 2015

Um dado relevante que se pode observar a partir do levantamento realizado em 2015 é que a proporção entre naturais e imigrantes do Distrito Federal se inverteu novamente, pois, como foi constatada a partir do censo 2010, pela primeira vez na história do Distrito Federal a proporção de residentes naturais tinha superado a de imigrantes na região. Neste momento, os imigrantes representavam aproximadamente 51% da população residente no Distrito Federal (CODEPLAN, 2016). A Tabela 6 a seguir, elaborada pela CODEPLAN (2016) com base na PDAD 2015, ilustra a nova distribuição entre os locais de origem dos imigrantes desse período:

Tabela 6 - População de imigrante segundo a naturalidade - Distrito Federal – 2015



Fonte: CODEPLAN – PDAD 2015

Essa tabela ilustra um dado histórico que se repete ao longo dos anos, ou seja, a proporção de imigrantes oriundos do Nordeste (52,15%) representa a grande maioria na região, seguida da região Sudeste (26,94%) e Centro Oeste (13,71%), de maneira semelhante ao apresentado pelas demonstrações exibidas anteriormente neste capítulo.

Segundo a CODEPLAN (2016), os principais motivos que influenciaram o processo migratório para o DF foram, novamente, os relacionados à busca de melhores condições por meio do trabalho e também para acompanhar parentes. A PDAD ressalta que este último motivo, também tem relação indireta com o trabalho, pois são familiares que acompanham seus parentes, principalmente os filhos, em seus novos postos de trabalho no DF.

4.2 Crescimento populacional x Indicadores de Desenvolvimento

Nesta etapa, visando alcançar objetivo geral proposto para a presente pesquisa, o modelo *Triple Bottom Line* será utilizado como base para relacionarmos o crescimento populacional com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. Como ressaltado anteriormente, o modelo não possui um modelo universal de cálculo, uma vez que diversos indicadores podem ser selecionados para analisarmos cada um dos três aspectos (social, econômico e ambiental). Alguns especialistas defendem a monetização de todos os aspectos, porém nem sempre é possível chegar a uma unidade comum de medida para compará-los. (SLAPER e HALL, 2011). Logo, este modelo é uma representação clara e visual que permite analisar as variações de cada um dos indicadores, divididos de acordo com seus aspectos Segundo Slaper e Hall (2011), esse quadro permite que as organizações avaliem os impactos de suas decisões de uma maneira ramificada através de uma perspectiva de longo prazo. No presente trabalho, tal variação será analisada conforme o crescimento populacional da região, e não de uma ação governamental propriamente dita, para que, no final, seja possível averiguar se tal fenômeno influencia diretamente ou não em cada um dos indicadores. Essa adaptação do modelo é possível de acordo com Slaper e Hall (2011) por ser um modelo dinâmico

(sem uma metodologia padrão) e que possui diversas aplicabilidades, sendo uma delas, seu uso para medir e avaliar impactos em áreas geográficas.

4.2.1 Indicadores e Análises

A fim de auferir a relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, foram selecionados indicadores por sua abrangência de representação e que, por sua disponibilidade de dados nas PNAD's, pudessem ser comparados no intervalo de tempo proposto (2004-2015). Vale ressaltar que o PIB não foi objeto de pesquisa nessas duas publicações, logo, foram coletados a partir da publicação "PIB – Nova série de contas públicas 2002 - 2007" (CODEPLAN, 2009) e "PIB do Distrito Federal 2015" (CODEPLAN, 2017), para os períodos de 2004 e 2015, respectivamente.

A Tabela 7 a seguir, apresenta a consolidação dos dados coletados para a análise. Ela foi dividida de acordo com o período de análise, os aspectos sociais, econômicos e ambientais, bem como a fonte utilizada para a coleta das informações. Essa tabela serve como um instrumento interessante para apoiar o estabelecimento metas que orientem a atuação de um gestor para o desenvolvimento sustentável da sua organização, seja ela pública ou privada (SLAPER e HALL, 2011).

As análises subsequentes serão divididas de acordo com cada aspecto estudado, logo após, nas considerações finais, uma análise acerca do contexto geral será apresentada para uma visão sistêmica sobre a relação do crescimento populacional e os indicadores em questão.

Tabela 7 – Consolidação dos indicadores e dados de acordo com base no modelo *Triple Bottom Line*.

		Aspectos do <i>Triple Bottom Line</i> (SLAPER e HALL, 2011)						
Ano	População	Social		Economico		Ambiental		Fonte
2004	2.570.160	Renda Mensal Domiciliar	9	Desempregados	10,40%	SLU	98,10%	PDAD 2004
		Ensino Superior Completo	9,29%	PIB	70,7 bilhões	Esgotamento Sanitário	87,10%	
		Coef. De Gini	0,573	Empregados com carteira de trab.	44,04%	Abastecimento de água	93,70%	
2015	2.906.574	Renda Média Domiciliar	6,59	Desempregados	7,45%	SLU	95,00%	PDAD 2015
		Ensino Superior Completo	18,74%	PIB	215,6 bilhões	Esgotamento Sanitário	85,46%	
		Coef. De Gini	0,468	Empregados com carteira de trab.	54,64%	Abastecimento de água	98,14	

Fonte: Elaboração do autor.

4.2.1.1 Análise Social

Para analisarmos a relação entre o crescimento populacional e o aspecto social do Distrito Federal compreendido entre o período de 2004 a 2015, os indicadores escolhidos foram a Renda Média Mensal Domiciliar, visando mensurar a disponibilidade de recursos das famílias da região, o Ensino Superior Completo, para que possamos avaliar o grau de instrução dos indivíduos e, por fim, o Coeficiente de Gini, que busca identificar o grau de desigualdade por meio da análise de concentração de renda de um determinado local, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior a concentração e, quanto mais próximo de 0, menor a sua distribuição no lugar estudado (WOLFFENBUTTEL, 2004).

Sob este aspecto, dos três indicadores elencados para a análise, dois deles apresentaram um desenvolvimento positivo, uma vez que a proporção de indivíduos com nível superior praticamente dobrou, pois cresceu de 9,29% para 18,74%, além do nível de concentração de renda do DF ter diminuído com o passar dos anos de acordo com o Coeficiente de Gini, o qual passou de 0,573, em 2004, para 0,468 em

2015 e, como citado anteriormente, esse decréscimo representa um avanço para a uma sociedade mais igualitária.

O único indicador social que apresentou um resultado negativo foi a Renda Média Mensal Domiciliar, a qual é medida por salários mínimos. Segundo a Constituição Federal da República, artigo 7º, inciso IV:

IV - salário mínimo , fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

É importante ressaltar que a variação do salário mínimo, de acordo com o dispositivo exposto, busca preservar o poder aquisitivo do cidadão de acordo com o período vigente, motivo este que serviu como base para escolhê-lo como parâmetro de comparação nesta análise. A Tabela 7 apresentada evidencia que o poder aquisitivo do cidadão residente no DF caiu com o passar dos anos, pois a Renda Média Mensal Domiciliar caiu de 9 para 6,59 ao longo dos 11 anos estudados.

A título de curiosidade, o salário mínimo em 2004, estabelecido pela Lei nº 10.888/04, era de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais). Já em 2015, o valor estabelecido pelo Decreto nº 8.381/14 era de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), visando manter o equilíbrio entre remuneração e o poder aquisitivo do cidadão.

4.2.1.2 Análise Econômica

Para a análise do desempenho econômico do Distrito Federal frente ao crescimento populacional, os indicadores selecionados foram: o índice de desemprego na região, o qual evidencia qual a representatividade dos cidadãos que possuem condições e estão em busca de trabalho no Distrito Federal (CODEPLAN, 2016), o Produto

Interno Bruto do DF, o qual busca medir a atividade econômica de uma região e caracteriza-se como o principal indicador para análise econômica em um período (CODEPLAN, 2017) e, por fim, o número de empregados com carteira assinada em Brasília, buscando avaliar a regularidade da relação empregatícia, no que diz respeito aos seus deveres e garantias, e crescimento do número de profissionais ativos.

A Tabela 7, com base nos indicadores selecionados, mostra que o desempenho econômico do Distrito Federal é satisfatório e consequentemente sustentável sob este aspecto, uma vez que todos apresentaram uma variação positiva em relação ao ano de 2004. O número de desempregados diminuiu aproximadamente 3 p.p, enquanto o PIB da região cresceu significativamente em relação ao ano de 2004, atingindo um valor de 215,6 bilhões de reais. O número de empregados com carteira assinada também cresceu, a diferença foi de aproximadamente 10 p.p. positivos, representando uma conquista significativa para os trabalhadores.

Deste modo, podemos concluir que o desempenho econômico foi, em sua totalidade, favorável com base nos indicadores selecionados, uma vez que o desempenho da economia (PIB) apresentou valores extremamente relevantes quanto ao seu crescimento, o que ocorreu de maneira semelhante com os indicadores referentes aos trabalhadores do DF, pois o número de desempregados diminuiu e o de empregados com carteira assinada cresceu ao longo dos 11 anos de análise.

4.2.1.3 Análise Ambiental

Para a análise ambiental, os indicadores selecionados estão ligados principalmente à infraestrutura da capital para suportar tamanho crescimento populacional ao longo dos anos analisados. Tanto o indicador de Serviço de Limpeza Urbana (SLU), quanto o de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água, buscam analisar a área contemplada pela prestação dos respectivos serviços no Distrito Federal (CODEPLAN, 2017). Tais parâmetros foram selecionados uma vez que são desafios visíveis e de conhecimento comum dos moradores de grandes cidades que passam por fenômenos populacionais semelhantes.

Por fim, o aspecto ambiental do TBL analisado foi o que apresentou o pior desempenho frente ao crescimento populacional, uma vez que dois de seus três indicadores variaram de maneira negativa quando comparado ao ano de 2004. Primeiramente, podemos observar que a área contemplada pelo SLU diminuiu 3.1 p.p. no período contemplado pela pesquisa, enquanto a infraestrutura relativa ao esgotamento sanitário também passou a representar uma parcela menor de locais atendidos, apresentando uma queda de aproximadamente 2 p.p.

O único índice de indicador que “acompanhou” o crescimento populacional de maneira satisfatória foi a área contemplada pelo serviço de abastecimento de água, uma vez que o mesmo cresceu aproximadamente 5 p.p. ao longo dos anos.

5. Considerações Finais

Ao final do presente trabalho, conclui-se que os objetivos gerais e específicos foram alcançados por meio dos estudos e análises realizadas acerca da relação entre o crescimento populacional do Distrito Federal e o seu desenvolvimento sustentável, gerando informações relevantes sob o aspecto social e acadêmico propostos inicialmente.

As principais limitações relativas o desenvolvimento do estudo são referentes à falta de indicadores padronizados ao longo dos levantamentos realizados pelo IBGE, principalmente, nos Censos realizados em 2000 e 2010, o que dificulta o estabelecimento de comparações entre os períodos em questão; e o início relativamente tardio da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, uma vez que a sua primeira edição foi no ano de 2004, inviabilizando, em parte, análises dos primeiros anos do século XXI no Distrito Federal.

Primeiramente, em relação aos objetivos específicos propostos, foi evidenciado que a principal região de origem dos emigrantes para o Distrito Federal, que vieram no período compreendido entre o ano de 2000 até 2015, é o Nordeste seguido da região Sudeste do Brasil, uma vez que esses dados se repetiram ao longo dos levantamentos realizados pelo IBGE (2000 e 2010), bem como na PDAD realizada pela CODEPLAN em 2015. Segundo a CODEPLAN (2013), “No decurso de toda existência de Brasília as Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, nesta ordem, sempre se mantiveram como berço principal dos imigrantes residentes”. Por outro lado, se tratando do movimento de saída (emigrantes do DF), os principais destinos daqueles que deixam o DF são, com base nos levantamentos analisados, primeiramente, o próprio Centro Oeste e em segundo lugar, a região Sudeste do país.

Já em relação à proporção de representatividade desses imigrantes, outro objetivo específico deste estudo, a tabela 8 a seguir ilustra de maneira resumida a composição da população de acordo com essas duas “categorias” no período estudado no trabalho:

Tabela 8 – Representatividade dos residentes naturais do DF e imigrantes – 2000 - 2015

Instrumento de Análise	Naturais do DF (%)	Imigrantes brasileiros e estrangeiros (%)
Censo 2000 (IBGE)	41,3	58,7
Censo 2010 (IBGE)	53,8	46,2
PDAD 2015 (CODEPLAN)	49	51

Fonte: Elaboração do autor

Observa-se, a partir da tabela acima, que o único período em que o número de residentes naturais do Distrito Federal (53,8%) superou o de imigrantes (46,2%), composto por brasileiros de outras regiões ou estrangeiros, naturalizados ou não, foi no analisado pelo censo de 2010 realizado pelo IBGE. Nos demais levantamentos, ou seja, no censo de 2000 e na PDAD realizada 2015, a representatividade dos imigrantes, brasileiros ou estrangeiros, era maior na composição dos residentes do Distrito Federal com um percentual de 58,7% e 51%, respectivamente.

Por fim, concluindo os objetivos específicos, os principais motivos elencados ao longo do estudo que servem como atração para os imigrantes, de acordo com o censo de 2000 e 2010, e a PDAD 2015, são relativos, principalmente, ao trabalho na área de construção civil e na administração pública, bem como para acompanhar seus parentes que conquistaram oportunidades de emprego, uma vez que o Distrito Federal é a capital do funcionalismo público brasileiro. Outro fator relevante de atração para o DF, constatado a partir do censo de 2010, foi a busca por moradias acessíveis, uma vez que o GDF tinha como um de seus objetivos a erradicação de ocupações habitacionais irregulares, promovendo o atendimento da demanda por habitações populares em seu território por meio da concessão de lotes, como citado anteriormente.

Sendo assim, de acordo com o presente estudo, o qual tem como objetivo geral apresentar a relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento do Distrito Federal, utilizando como base a ferramenta *Triple Bottom Line* de Sustentabilidade (Tripé da Sustentabilidade), proposta pelo norte americano John Elkington e aprofundado pelo artigo "*The triple bottom line: What is it and how does it*

work? (2011)” do Doutor e Diretor de Análise Econômica do Centro de Pesquisa em Negócios da Universidade de Indiana, Timothy F. Slaper, e pela Analista de Pesquisas em Economia, também da Universidade de Indiana, Tanya J. Hall, fica evidenciado que a região tem se desenvolvido de maneira parcialmente sustentável frente ao crescimento populacional, uma vez que apresenta desempenho satisfatório, com base nos indicadores selecionados, nos aspectos sociais e econômicos, porém, em relação ao aspecto ambiental, tem deixado a desejar, como observado a partir da Tabela 7 apresentada neste estudo. Essa conclusão parte da premissa de que o desenvolvimento só é considerado sustentável quando apresenta indicadores majoritariamente favoráveis em suas três frentes de análise, quais sejam, a social, econômica e ambiental (SLAPER E HALL, 2011).

Constata-se, portanto, que o crescimento populacional se apresenta como uma variável externa de suma relevância a ser analisada visando uma gestão pública eficiente, efetiva e eficaz, para que tenha condições de absorver tal crescimento e impulsionar o desenvolvimento da região de maneira responsável e sustentável.

Como sugestão para estudos futuros a respeito do tema, as políticas públicas efetuadas pelos gestores públicos ao longo de seus mandatos, no período compreendido a partir do início do século XXI até os dias atuais, se apresentam como um fator de extrema relevância para compreender a atuação do GDF frente aos impactos do crescimento populacional. Vale ressaltar que este fenômeno é apenas uma variável externa dentre muitas outras que devem ser analisadas para a tomada de decisão de um gestor na administração pública do DF. Deste modo, para uma melhor compreensão e análise dos impactos efetivos do fenômeno em questão, a atuação dos agentes públicos em prol da sociedade é uma variável interna da gestão do Distrito Federal que pode ser estudada a fim de gerar benefícios acadêmicos, com base nas teorias que permeiam o estudo da Administração, bem como para a sociedade, uma vez que proporcionará maior proximidade com a ação dos detentores de poder e demais indivíduos responsáveis pelo bem estar público.

Referências

BRASIL EM SÍNTESE: **Distrito Federal**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>> Acesso em: abril, 2018

BRASIL. **Decreto 8.381**, de 29 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8381.htm> Acesso em: maio, 2018.

BRASIL. **Lei 10.888** de 24 de junho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.888.htm> Acesso em: maio, 2018.

BRASÍLIA, PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/restauracao/brasil-patrimonio-cultural-da-humanidade>> Acesso em: novembro, 2017.

BURSZTYN, Marcel & Araújo, Carlos Henrique. **Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília**. Labor et Fides, 1997. pp. 26–31.

CODEPLAN. **DEMOGRAFIA EM FOCO nº 7**. Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal 1959-2010. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia_em_Foco_7-Evolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Movimentos_Migrat%C3%B3rios_para_o_Distrito_Federal-1959-2010.pdf> Acesso em: maio, 2018.

CODEPLAN. **Codeplan divulga estudos sobre movimentos migratórios para o DF**. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/codeplan-divulga-estudo-sobre-movimentos-migratorios-para-o-df/>> Acesso em: maio, 2018

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – 2004**. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-2004-Resultados-para-o-DF.pdf>> Acesso: maio, 2018.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – 2015**. Disponível em <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf>> Acesso em: maio, 2018.

CODEPLAN. **Produto Interno Bruto – PIB: Nova série de contas regionais 2002-2007**. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PIB_Nova_S%C3%A9rie_das_Contas_Regionais_2002-2007.pdf> Acesso em: maio, 2018.

CODEPLAN. **Produto Interno Bruto do Distrito Federal – 2015**. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Produto_Interno_Bruto_do_Distrito_Federal_2015_divulgado_em_16.11.2017.pdf> Acesso em: maio, 2018.

CORRÊA, M. (21 de março de 2017). **Brasil é o 10º país mais desigual do mundo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-10-pais-mais-desigual-do-mundo-21094828>> Acesso em: novembro, 2017.

DEMOGRAFIA EM FOCO: **Indicadores Sociodemográficos Prospectivos para o Distrito Federal 1991-2030**. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia-em-Foco-2-Indicadores-Sociodemogr%C3%A1ficos-Prospectivos-para-o-Distrito-Federal-1991-2030.pdf>> Acesso: maio, 2018.

Di PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**, 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DISTRITO FEDERAL: **Lei Orgânica do Distrito Federal**. Brasília: Junho, 1993. Disponível em: <<http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=>>> Acesso em: setembro, 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**: coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOVERNO DE BRASÍLIA: **População**. Disponível em: <<http://www.brasilia.df.gov.br/populacao/>> Acesso em: outubro, 2017

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Key Migration Terms**. Disponível em: <<https://www.iom.int/key-migration-terms>> Acesso em: maio, 2018

KUBITSCHKEK, Juscelino, 1902-1976. **Por que construí Brasília** / Juscelino Kubitschek. — Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. XVI + 477 p. - (Coleção Brasil 500 anos)

LOPES, Elielton (30 de agosto de 2017). **Distrito Federal: DF já tem 3 milhões de habitantes, aponta pesquisa do IBGE**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/df-ja-tem-3-milhoes-de-habitantes-aponta-pesquisa-do-ibge.ghtml>> Acesso em: setembro, 2017.

MAXMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Atlas, 2004, p. 366.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**, 4ªEd. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

MENDES, Sérgio. **Administração Financeira e Orçamentária: Teoria e Questões**, 6ª edição. Brasília: Método, 2016.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, A. T. (6 de Janeiro de 2014). **Desenvolvimento Sustentável: Conferências da ONU**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/desenvolvimento-sustentavel-3-conferencias-da-onu.htm>> Acesso em: outubro, 2017.

MONTANA, Patrick; CHARNOV, Bruce. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MUNIZ, Adir Jaime de Oliveira; FARIA Hermínio Augusto. **Teoria geral da administração: noções básicas**, 5ª edição rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2007.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL: **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>> Acesso: novembro, 2017.

NETO, José Alves de Freitas; TASINAFO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Habra, 2006

ONUBR. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <<https://naçõesunidas.org/acao/meio-ambiente/>> Acesso em: novembro, 2017

PENA, Rodolfo F. Alves. "**Desenvolvimento sustentável**" e "**Índice de Gini**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-sustentavel.htm>>. Acesso em: novembro, 2017.

POLON, Luana. "**Movimentos Migratórios no Brasil**". Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/movimentos-migratorios-no-brasil/>> Acesso: maio, 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL: **O que é IDH**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>> Acesso em: novembro, 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL – PNUD: **O que é RDH**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-rdh.html>> Acesso em: novembro, 2017.

RMA ENVIROMENTAL SERVICES: **What Is Tripple Bottom Line**. Disponível em <<https://www.rmagreen.com/rma-blog/what-is-the-triple-bottom-line>> Acesso em: maio, 2018

SECRETARIA DE ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: **Competências**. Disponível em: <<http://www.sedict.df.gov.br/competencias/>> Acesso em: outubro, 2017.

SERRA, Fernando A. Ribeiro; Torres, Maria Candida; Torres, Alexandre Pavan. . **Administração estratégica: conceitos, roteiro prático e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Afonso Editores, 2003, p. 56.

SILVA, Thamires Olimpia. "O que é migração?"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-migracao.htm>>. Acesso em junho, 2018.

SLAPPER, Timothy F.; HALL, Tanya J. ***The Triple Bottom Line: What Is It and How Does It Work?*** (2011). Disponível em: <<http://www.ibrc.indiana.edu/ibr/2011/spring/pdfs/article2.pdf>> Acesso: novembro, 2017.

SOUZA, B. (13 de setembro de 2016). **Os 10 estados com as piores taxas de desigualdade de renda**. Disponível em Exame: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-10-estados-brasileiros-onde-a-desigualdade-e-maior/>> Acesso em: novembro, 2017.

STF. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**. ADI nº 3.540/DF, Rel. Min. Celso de Melo, DJ 03/02/06. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=Desenvolvimento%20Sustent%E1vel&processo=3540>> Acesso em: maio, 2018

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo, Atlas, 2007.

WOLFFENBUTTEL, A. (1 de novembro de 2004). **O que é Índice de Gini?**. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23> Acesso em: outubro, 2017.

Apêndice

Apêndice A – Tabelas criadas pelo autor

Tabela 7 – Consolidação dos indicadores e dados de acordo com base no modelo *Triple Bottom Line*.

		Aspectos do <i>Triple Bottom Line</i> (SLAPER e HALL, 2011)						
Ano	População	Social		Economico		Ambiental		Fonte
2004	2.570.160	Renda Mensal Domiciliar	9	Desempregados	10,40%	SLU	98,10%	PDAD 2004
		Ensino Superior Completo	9,29%	PIB	70,7 bilhões	Esgotamento Sanitário	87,10%	
		Coef. De Gini	0,573	Empregados com carteira de trab.	44,04%	Abastecimento de água	93,70%	
2015	2.906.574	Renda Média Domiciliar	6,59	Desempregados	7,45%	SLU	95,00%	PDAD 2015
		Ensino Superior Completo	18,74%	PIB	215,6 bilhões	Esgotamento Sanitário	85,46%	
		Coef. De Gini	0,468	Empregados com carteira de trab.	54,64%	Abastecimento de água	98,14	

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 8 – Representatividade dos residentes naturais do DF e imigrantes – 2000 - 2015

Instrumento de Análise	Naturais do DF (%)	Imigrantes brasileiros e estrangeiros (%)
Censo 2000 (IBGE)	41,3	58,7
Censo 2010 (IBGE)	53,8	46,2
PDAD 2015 (CODEPLAN)	49	51

Fonte: Elaboração do autor